

Recebido: 01.04.2024**Aprovado: 27.04.2024****Avaliado: pelo Sistema Double Blin Review**

DESAFIOS E ALTERNATIVAS PARA CIDADES E DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES

CHALLENGES AND ALTERNATIVES FOR SMART CITIES AND TOURIST DESTINATIONS

Lucivan Macena de Carvalho¹**E-mail: macena.com@yahoo.com****ORCID: 0009-0005-2609-9920****Sarah Marroni Minasi²****E-mail: sarahminasi@gmail.com****ORCID: 0000-0002-1193-3274**

RESUMO

A pesquisa aborda a temática das cidades inteligentes e destinos turísticos inteligentes, explorando sua interseção com o capitalismo de dados e propondo uma contranarrativa centrada na soberania digital e na participação democrática. A metodologia envolveu uma análise crítica da literatura, revisando artigos acadêmicos, relatórios governamentais e materiais da sociedade civil, além de examinar experiências internacionais. Os resultados destacam a necessidade premente de repensar o modelo das *smart cities*, priorizando a inclusão social sobre interesses privados. A ascensão das *smart cities* está intimamente ligada ao capitalismo de dados, evidenciando a extração contínua de dados e a modelagem de comportamentos. Propõe-se uma abordagem de governança coletiva de dados, visando garantir a transparência e a participação local. Nas considerações finais, ressalta-se a importância da discussão para promover um desenvolvimento urbano e turístico mais justo e equitativo.

Palavras-chave: Cidades inteligentes. Destinos turísticos inteligentes. Soberania digital. Participação democrática. Capitalismo de dados.

ABSTRACT

The research addresses the theme of smart cities and intelligent tourist destinations, exploring their intersection with data capitalism and proposing a counter-narrative centered on digital sovereignty and democratic participation. The methodology involved a critical literature analysis, reviewing academic articles, government reports, and materials from civil society, and examining international experiences. The results highlight the urgent need to rethink the model of smart cities, prioritizing social inclusion over private interests. The rise of smart cities is closely linked to data capitalism, evidencing the continuous extraction of data and behavior modeling. A collective data governance approach is proposed to ensure transparency and local participation. In the final remarks, the importance of the discussion in promoting a fairer and more equitable urban and tourist development is emphasized.

Keywords: Smart cities. Intelligent tourist destinations. Digital sovereignty. Democratic participation. Data capitalism.

¹ Bacharel em Turismo (UFPE). Mestrando em Turismo (UFPR).

² Doutora em Turismo e Hotelaria (UNIVALI). Docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (UFPR). Analista de dados (SETU/PR).

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o conceito de "cidades inteligentes" tem sido cada vez mais difundido como uma promessa de inovação e melhoria da qualidade de vida urbana, incluindo o setor turístico (Bria; Morozov, 2020). No entanto, essa abordagem muitas vezes reflete uma visão impulsionada por interesses privados e uma mentalidade neoliberal, priorizando a eficiência e a lucratividade em detrimento da participação e justiça social (Moutoun; Burns, 2021). No contexto do turismo, os destinos turísticos inteligentes têm sido promovidos como uma maneira de oferecer experiências mais atraentes e eficientes aos visitantes, mas é fundamental questionar se essas iniciativas estão verdadeiramente alinhadas com os valores de participação democrática e respeito aos direitos dos cidadãos.

Diante desse cenário, surge a necessidade de uma contranarrativa que desafie o paradigma dominante das "*smart cities*" e dos destinos turísticos inteligentes (Bria; Morozov, 2020). Essa contranarrativa propõe uma agenda centrada na soberania digital, que busca retomar o controle sobre tecnologias, dados e infraestruturas, garantindo que sejam utilizados para promover o bem-estar coletivo e a inclusão social, em vez de servir apenas aos interesses privados (Pinto, 2018; Bria; Morozov, 2020; Monge *et al.*, 2022). No contexto do turismo, isso significa adotar uma abordagem que valorize a participação das comunidades locais na tomada de decisões sobre o desenvolvimento turístico.

Além disso, a agenda de soberania digital no turismo defende o fortalecimento da capacidade local de desenvolver e controlar tecnologias digitais, apoiando iniciativas de desenvolvimento de software livre e de código aberto, bem como a criação de políticas que protejam a privacidade dos dados dos turistas e das comunidades locais. Esse estudo, busca propor uma contranarrativa para as "cidades inteligentes" e os destinos turísticos inteligentes na intenção de redefinir o paradigma dominante para que o desenvolvimento urbano e turístico seja verdadeiramente inclusivo, justo e centrado nas pessoas.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para explorar a dinâmica dos destinos turísticos inteligentes e sua interação com o capitalismo de dados, foi conduzida uma análise crítica da literatura. Foram revisados artigos acadêmicos, relatórios governamentais e materiais da sociedade civil relacionados ao tema. Além disso, foram examinadas experiências internacionais de projetos de cidades inteligentes

e iniciativas de governança de dados compartilhados. A partir dessas informações, foram identificados padrões e desafios comuns associados às *smart cities*, bem como propostas alternativas para uma abordagem mais cooperativa e inclusiva.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

À medida que buscamos cidades mais eficientes e acessíveis, capazes de aprimorar aspectos cruciais como transporte, saúde, moradia e educação, surge uma preocupação essencial: como evitar que essas cidades se transformem em meras máquinas a serviço de interesses privados? As *smart cities*, uma espécie de "grife" em torno de serviços fornecidos por gigantes da tecnologia, revelaram-se mais focadas em funcionalidade, otimização e controle do que em participação, sustentabilidade e justiça social (Bria; Morozov, 2020; Mouton; Burns, 2021). Torna-se, portanto, imperativo buscar alternativas que desafiem esse modelo neoliberal de abordar a vida urbana. O resgate do controle sobre tecnologias, dados e infraestruturas é essencial para a gestão cooperativa da cidade inteligente do futuro – uma cidade verdadeiramente democrática e inclusiva (UGT, 2021).

A ascensão das *smart cities* está profundamente ligada ao fenômeno do capitalismo de dados (Srnicek, 2016), uma configuração emergente da crescente interconexão entre tecnologia digital e negócios. Os dados tornaram-se uma *commodity* valiosa, com empresas coletando, processando e comercializando informações sobre indivíduos e comportamentos (UGT, 2021, Monge *et al.*, 2022). No entanto, esse modelo também suscita questões éticas, como privacidade e concentração de poder nas mãos de grandes corporações de tecnologia, destacando a necessidade urgente de regulamentação e debate sobre o uso responsável dos dados (Scholz, 2016).

As *smart cities*, com sua profusão de sensores, conectores, roteadores e sistemas algorítmicos, representam espaços de extração contínua de dados, controle e modelagem de comportamentos. Por trás da fachada atraente dessas cidades inteligentes, há uma dinâmica que reproduz o colonialismo e o capitalismo de dados (Thatcher; O'Sullivan; Mahmoudi, 2016; Bria; Morozov, 2020; Mouton; Burns, 2021). A relação dessas cidades com os fluxos de reprodução do capital em um ordenamento neoliberal é evidente, muitas vezes obscurecida pela ideia equivocada de neutralidade tecnológica e modernização constante (Mejías; Couldry, 2019; UGT, 2021).

Diante desse cenário, emerge a necessidade premente de cidades rebeldes (Bria; Morozov, 2020) – uma noção que reconhece a impossibilidade de competir com o poder

computacional das grandes corporações de tecnologia e, portanto, busca alternativas democráticas e comunitárias. A soberania tecnológica e digital assume um papel central, juntamente com a articulação de uma infraestrutura compartilhada que permita aos cidadãos construir *commons* digitais e *commons* de dados³ (Pinto, 2018; Bria; Morozov, 2020). A governança coletiva de dados e as práticas colaborativas no desenvolvimento tecnológico representam passos cruciais contra o neoliberalismo "datafocado", transcendendo a mera dimensão de marketing das *smart cities* em prol de uma visão verdadeiramente democrática de cidade inteligente (Cheney-Lippold, 2018; UGT, 2021; Monge *et al.*, 2022).

As propostas para intervenções em projetos de cidades inteligentes destacam a necessidade de ênfase no software livre e em alternativas de código aberto, garantindo transparência, participação e interesse local (Scholz, 2016). Além disso, defende-se a implementação de regimes de governança coletiva de dados, que promovam o controle coletivo sobre os "bens comuns digitais" gerados pelos cidadãos. Embora possa parecer distante ou utópico, experiências piloto como o projeto Decode em Barcelona demonstram que é possível criar modelos mais democráticos de gestão de dados, envolvendo os cidadãos na tomada de decisões e protegendo seus direitos digitais (Bria; Morozov, 2020; Monge *et al.*, 2022).

No contexto brasileiro, onde tradições de software livre e políticas de dados abertos coexistem com um movimento crescente pela defesa dos direitos digitais, há um espaço fértil para explorar essas alternativas. A noção de "infraestrutura comum" e políticas abertas e locais pode servir como base para a construção de cidades verdadeiramente inclusivas e participativas.

O livro "Cooperativismo de Plataforma", de Trebor Scholz (2016), desafia o modelo de propriedade predominante na Internet, propondo plataformas de cooperativismo de propriedade coletiva. Essa abordagem busca revigorar uma mentalidade pública inicial em que a Internet fosse vista como um bem compartilhado. O cooperativismo de plataforma, ao contrário dos arranjos ultraneoliberais, busca promover relações baseadas na confiança entre as pessoas e formas mais dignas de trabalho. Por meio de princípios como propriedade coletiva, pagamentos justos e transparência, essa abordagem pode transformar a maneira como as pessoas comuns pensam sobre suas interações na Internet, promovendo uma visão mais democrática e inclusiva da sociedade digital.

No contexto do turismo, a concepção de cidades inteligentes também desempenha um papel significativo, especialmente na criação de destinos turísticos inteligentes. No entanto, é

³ Os "commons digitais" e os "commons de dados" referem-se a recursos digitais e conjuntos de dados que são compartilhados e acessíveis a todos, sem restrições excessivas de propriedade intelectual ou acesso.

essencial considerar como essas iniciativas se alinham com os princípios de participação e justiça social, em vez de priorizar exclusivamente a eficiência e o lucro (Abbasian Fereidouni; Kawa, 2019).

Os destinos turísticos inteligentes, quando bem projetados, podem oferecer experiências memoráveis aos visitantes, aproveitando tecnologias inovadoras para melhorar a acessibilidade, a segurança e a qualidade dos serviços turísticos (Gretzel *et al.*, 2015). Nesse contexto, é crucial garantir que essas iniciativas não se tornem meros espetáculos tecnológicos, desprovidos de uma abordagem centrada nas necessidades e nos direitos dos residentes (Huang *et al.*, 2017).

Assim como nas *smart cities* em geral, os destinos turísticos inteligentes enfrentam o desafio de evitar a captura por interesses privados e garantir que as comunidades locais sejam beneficiadas de maneira justa e equitativa (Gretzel, 2011; Del Chiappa; Baggio, 2015; Abbasian Fereidouni; Kawa, 2019). Isso implica a necessidade de uma governança inclusiva, onde os moradores locais tenham voz nas decisões relacionadas ao desenvolvimento turístico e ao uso de tecnologias (Sebrae, 2023).

Além disso, é fundamental considerar os impactos sociais, econômicos e ambientais das iniciativas de turismo inteligente, buscando minimizar quaisquer efeitos negativos, como a gentrificação, a exploração dos recursos naturais e a perda da identidade cultural local (Gretzel *et al.*, 2015; Huang *et al.*, 2017; Abbasian Fereidouni; Kawa, 2019). A participação ativa das comunidades locais na concepção e implementação de projetos turísticos é essencial para garantir que tais iniciativas contribuam verdadeiramente para o desenvolvimento.

Nesse sentido, a ideia de governança coletiva de dados e a promoção de práticas colaborativas no desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes são de suma importância (Sebrae, 2023). Os dados gerados pelo turismo, desde informações sobre padrões de movimento dos visitantes até feedback sobre experiências turísticas, devem ser geridos de forma transparente e ética, respeitando os direitos das pessoas e protegendo sua privacidade (Huang *et al.*, 2017; Abbasian Fereidouni; Kawa, 2019).

A abordagem de cooperativismo de plataforma também pode ser aplicada ao turismo inteligente, incentivando a propriedade coletiva e a participação dos atores locais na gestão e promoção do destino. Isso pode contribuir para uma distribuição mais equitativa dos benefícios do turismo e para o fortalecimento das economias locais.

Em suma, os destinos turísticos inteligentes têm o potencial de oferecer experiências enriquecedoras tanto para os visitantes quanto para as comunidades locais. No entanto, é essencial adotar uma abordagem holística e inclusiva, que priorize o bem-estar das pessoas e

do meio ambiente, em vez de simplesmente buscar a maximização dos lucros. A integração dos princípios de sustentabilidade, justiça social e participação democrática é fundamental para garantir que os destinos turísticos inteligentes contribuam verdadeiramente para um futuro mais resiliente e equitativo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação sobre as dinâmicas das cidades inteligentes e destinos turísticos inteligentes revelou uma série de desafios e oportunidades relacionadas à interseção entre tecnologia, governança e participação democrática. Os resultados alcançados destacam a necessidade urgente de repensar o paradigma das *smart cities* e dos destinos turísticos inteligentes, buscando uma abordagem mais inclusiva, justa e centrada nas pessoas. Destaca-se a necessidade de uma contranarrativa que desafie o paradigma dominante. A soberania digital emerge como uma agenda central para retomar o controle sobre tecnologias, dados e infraestruturas, garantindo o bem-estar coletivo e a inclusão social. Propõe-se a governança coletiva de dados e o uso de software livre, ressaltando a importância da participação local.

A importância da discussão abordada reside na sua capacidade de promover uma reflexão crítica sobre as práticas atuais de desenvolvimento urbano e turístico, especialmente no que diz respeito ao uso de tecnologia e dados. Ao evidenciar as limitações e os desafios enfrentados por essas iniciativas, caminha-se para a formulação de políticas e estratégias futuras que visem a construção de cidades e destinos mais justos, equitativos

As limitações deste estudo incluem a dependência de fontes bibliográficas e documentais e a necessidade de mais pesquisas empíricas. Abrem-se possibilidades para investigações futuras sobre o impacto do turismo inteligente nas comunidades locais e a eficácia de medidas de governança digital para promover a equidade e a transparência.

REFERÊNCIAS

ABBASIAN FEREIDOUNI, Meghdad; KAWA, Arkadiusz. Dark side of digital transformation in tourism. In: **Intelligent Information and Database Systems: 11th Asian Conference, ACIIDS 2019, Yogyakarta, Indonesia, April 8–11, 2019, Proceedings, Part II 11**. Springer International Publishing, 2019. p. 510-518.

BRIA, Francesca; MOROZOV, Evgeny. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. Ubu Editora, 2020.

DEL CHIAPPA, Giacomo; BAGGIO, Rodolfo. Knowledge transfer in smart tourism destinations: Analyzing the effects of a network structure. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 4, n. 3, p. 145-150, 2015.

GRETZEL, Ulrike et al. Conceptual foundations for understanding smart tourism ecosystems. **Computers in Human Behavior**, v. 50, p. 558-563, 2015.

GRETZEL, Ulrike. Intelligent systems in tourism: A social science perspective. **Annals of tourism research**, v. 38, n. 3, p. 757-779, 2011

HUANG, C. Derrick et al. Smart tourism technologies in travel planning: The role of exploration and exploitation. **Information & Management**, v. 54, n. 6, p. 757-770, 2017.

MEJÍAS, Ulises; COULDRY, Nick. Colonialismo de datos: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. **Virtualis**, v. 10, n. 18, p. 78-97, 2019.

MONGE, Fernando *et al.*, A new data deal: The case of Barcelona. **UCL Institute for Innovation and Public Purpose, Working Paper Series (No. WP 2022/02)**, 2022.

MOUTON, Morgan; BURNS, Ryan. (Digital) neo-colonialism in the smart city. **Regional Studies**, v. 55, n. 12, p. 1890-1901, 2021.

PINTO, R. Soberania digital ou colonialismo digital. **Sur**, v. 27, p. 15-27, 2018.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. Ed. Elefante, 2016.

SEBRAE. Governança no turismo. 2023. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/governancanoturismo,5f6b9a3a6f8c2410VgnVCM1000004c00210aRCRD>>.

SRNICEK, Nick. 2016. *Capitalismo de plataforma*. Cambridge: Polity Press.

THATCHER, Jim; O'SULLIVAN, David; MAHMOUDI, Dillon. Data colonialism through accumulation by dispossession: New metaphors for daily data. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 34, n. 6, p. 990-1006, 2016.

UNIÓN GENERAL DE TRABAJADORAS Y TRABAJADORES (UGT). **Guía para comprender el nuevo capitalismo de datos, la economía de plataformas y sus riesgos**. 2021. Disponível em: <https://www.ugt.es/guia-para-comprender-el-nuevo-capitalismo-de-datos-la-economia-de-plataformas-y-sus-riesgos>.